

Derrame de lixo tóxico na bacia do Rovuma ainda vai dar que falar

# Anadarko: um gigante americano com rabo de palha?

Por Marcelo Mosse

**S**AVANA revela práticas reprovadas da Anadarko no estrangeiro, nas suas actividades de pesquisa, e como se recusou terminantemente a pagar multas por danos ambientais nos Estados Unidos da América. Acusada de manipular o Governo da Nova Zelândia para adquirir novas licenças de exploração, é descrita como tendo ramificações em várias áreas incluindo na indústria armamentista americana. É um autêntico gigante face à figura de pés de barro do nosso Governo, mas é um gigante com rabo de palha.

Quando foi anunciado o derrame da Anadarko na Bacia do Rovuma no passado dia 10 de Maio, poucos moçambicanos imaginavam que, por detrás daquela figura de investidor imaculado está uma multinacional contestada em várias partes do mundo por causa das suas práticas pouco recomendáveis de corporate governance e já responsabilizada em casos de gestão danosa do meio ambiente. A Anadarko investe em Moçambique cerca de 15 biliões de dólares em pesquisa de petróleo e construção de uma fábrica de gás liquefeito (LNG, na sigla em inglês). Em 2011 anunciou a primeira descoberta, não do petróleo, mas de gás. À medida que foi descobrindo mais gás, a Anadarko, tendo em conta que o pico da demanda por petróleo está a chegar, decidiu rentabilizar o seu investimento, prevendo começar a exportar em 2018 (perspectiva mais optimista), trazendo para o



Esta imagem ilustra como ficou o derrame no Golfo do México em 2010

nosso Orçamento do Estado dezenas de biliões de USD.

O cenário do futuro é idílico. No imaginário colectivo dos moçambicanos mais optimistas constroem-se sonhos com escolas para todas as crianças, melhores cuidados de saúde e infra-estruturas e, também, um meio ambiente saudável. Mas no dia 10 de Maio, partes desses sonhos tornaram-se estilhaços de uma desgraça anunciada: um derrame de lama oleosa, de lixo tóxico diga-se, aconteceu no poço Tubarão Tigre 1 na bacia do Rovuma, ao largo do arquipélago das Quirimbas (um património ecológico de valor reconhecido), onde a embarcação

da Anadarko, Belford Dolphin, continua a perfurar o fundo do mar à busca de petróleo.

A desgraça ainda não foi confirmada e espera-se que não. Mas o relato do derrame mostrou uma coisa: que o sonho dos moçambicanos é agora teleguiado não apenas pelo Governo e doadores que apoiam o Orçamento do Estado, mas pelo grande capital, cujo poder começa a suplantar a influência das embaixadas ocidentais sobre o executivo moçambicano. A revelação do derrame, através de um “comunicado” da Anadarko exclusivamente enviado ao Governo (Ministério da Coordenação Ambiental, MICOA),

mostrou novas práticas do relacionamento do executivo com a actual vaga de multinacionais do sector extractivo, nomeadamente uma entrega total da gestão do sector ao grande capital, incluindo agora a forma de prestação de contas à sociedade. O comunicado da petrolífera baseada no Texas (EUA) foi assumido pelo Governo com uma verdade final sobre o que se terá passado no dia 10 de Maio no Rovuma, não deixando espaço para a realização de uma auditoria ambiental independente, uma figura prevista da Lei 20/1997 (Lei do Ambiente). Para os leitores do SAVANA, é útil recordar o essencial dos factos, de acordo com a Anadarko:

- O incidente aconteceu durante uma perfuração no poço Tubarão Tigre 1, localizado a 46 km da Costa de Mocimboa da Praia;
- A lama oleosa, cerca de 30 mil litros, fluiu através da placa giratória do navio de perfuração Belford Dolphin, provocando um derrame no soalho da plataforma e descarregamento posterior para o mar;
- Como medida imediata de mitigação de impactos, a Anadarko diz que encerrou o poço e activou um sistema de desvio da plataforma de modo a prevenir maior fluxo de lama para o soalho.

Ao mesmo tempo que se apressou a garantir que a lama derramada continha um fraco teor de toxicidade, a multinacional, com a anuência explícita do Governo, sentenciou que não havia riscos

ambientais e que não foram detectadas manchas daquela lama após sobrevoo na área do incidente. Rosa Cezaltina, Directora Nacional de Avaliação de Impacto Ambiental, foi quem deu a cara a essa anuência, embora tenha referido que “os trabalhos de monitoria continuam”, não precisando o alcance dessa monitoria. Para todos os efeitos, não se trata de uma investigação, pois essa já foi feita pela Anadarko.

## Os lados negros da Anadarko

A Anadarko Petroleum Corp é um gigante do sector energético baseado em Houston, Texas, e cotado na Bolsa de Valores de Nova Iorque. Os seus directores estão ligados a um diverso leque de redes, incluindo ciência, think tanks da área dos negócios, exército americano (incluindo operações no espaço e ciberespaço), sistemas de dados electrónicos, firmas de investimento, serviços financeiros e bancos. Opera em quase todo o mundo através de subsidiárias, a maioria das quais registadas em paraísos fiscais como as ilhas Cayman. Para entrar em Moçambique, criou a Anadarko Mozambique Área 1 (AMA1), que é hoje um dos principais investidores no sector energético e um dos principais contribuintes para os cofres do Estado, tendo pago no passado mês de Fevereiro USD227 milhões em impostos sobre a renda que obteve com a venda de 10% da sua participação no bloco Área 1 do Rovuma à indiana ONGC Videsh.

Delimitando o perfil da empresa às suas operações em Moçambique, estamos perante um grande parceiro nos “esforços” de redução da dependência e combate à pobreza. Mas a Anadarko é uma operadora global e, por isso, as suas práticas, sobretudo as de perfuração em águas profundas, não passam incólumes ao escrutínio da imprensa mundial.

A Warewolf, uma revista mensal de investigação da Nova Zelândia (NZ), estampa na sua edição de Abril o retrato de uma Anadarko que é “ameaça ao ambiente marinho e costeiro daquele país”, atacando a sua credibilidade. Para sustentar, o extenso artigo de Gordon Campbell descreve uma multinacional que conseguiu protecção de políticos locais para garantir a exploração de dois blocos para pesquisa de petróleo.

## As perguntas que a Anadarko ainda não respondeu

**N**a semana passada, depois de reventado o caso e com o objectivo de aprofundar os seus contornos do derrame – dado o conteúdo lacónico da informação oficialmente disponibilizada – o SAVANA entrou em contacto com a Anadarko. Em resposta, Iva Garrido, responsável pelas Relações Externas da gigante texana, convidou-nos a submeter questões por email. Ei-las:

- A Anadarko pode provar que as áreas atingidas pelo derrame de lama oleosa estão limpas?
- Porque é que a Anadarko fez uma nota de informação ao Governo e não fez à sociedade moçambicana através dos meios de comunicação social?
- Porque é que só mais de 10 dias depois do acidente é que foi divulgada a informação?
- A Anadarko envolveu entidades independentes na observação dos danos do derrame e da subsequente limpeza? Quem foram? Se não, porque não?

- Pode a Anadarko aceitar que peritos independentes vão ao site verificar? Em que condições isso pode ser feito?
- Nos trabalhos subsequentes dessa monitoria em curso há espaço para a participação de entidades independentes?

Esta semana, contactámos novamente a Anadarko para obter respostas a estas questões. Depois de algum silêncio, recebemos, nesta terça-feira um email de conteúdo breve e seco, mas sem qualquer detalhe informativo adicional.

A resposta da Anadarko foi esta: Relativamente ao incidente gostaríamos de informar que “Continuamos a cooperar com o Governo para determinar a causa e monitorar a área, embora nenhum impacto visível tenha sido encontrado. As operações de perfuração foram retomadas e esperamos apresentar um relatório final com o Governo, uma vez concluídas as investigações.”

Uma concessão muito contestada. De acordo com a Warewolf, em Dezembro do ano passado, John Gordon, gestor de exploração da Anadarko para Ásia Pacífico, tentou assegurar aos neozelandeses que o gigante era um parceiro confiável, afirmando que já navegava em águas profundas há 20 anos, mas um relatório da FMC Technologies, fornecedora global de equipamento e serviços para o sector energético, garantia que “o primeiro projecto de pesquisa em águas profundas da Anadarko foi-lhe atribuído entre 2002 e 2004”. Por outras palavras, a Anadarko tem, alegadamente, menos de 10 anos de experiência no negócio de pesquisa em águas profundas, o que, somando ao seu envolvimento no caso Deep Horizon (derrame no Golfo do México em 2010 – ver detalhes adiante neste artigo) causou uma fúria em círculos de opinião e uma contestação ao Governo de John Key.

O lado negro da Anadarko não se resume às reservas expostas em relação aos seus procedimentos de pesquisa. O quadro apresenta também tons acinzentados à espera de uma pincelada final, nomeadamente um julgamento sumário onde a Anadarko é acusada de ter violado a Lei da Águas Limpas (Clean Water Act), uma acção de classe colocada por um grupo de accionistas que acusam a gestão de ter violado leis

federais de segurança e, por isso, ludibriando os investidores em relação ao envolvimento da companhia em desastres, expondo-a perdas e danos e, por último, o “caso Tronox” julgado recentemente em que a Anadarko foi multada. Todos estes casos se deram em solo americano.

De acordo com o New York Times, em Abril deste ano a Anadarko concordou em pagar USD5,1 biliões por danos ambientais causados pela Kerr-McGee, uma empresa química que ela adquiriu, depois que esta tentou evitar pagar multas relacionadas com a contaminação de milhares de instalações onde operava (tendo-as abandonado sem limpeza). Milhares de pessoas foram contaminadas, mas a Anadarko sempre tentou ilibar-se de responsabilidades de uma empresa que é agora sua subsidiária.

Para o Governo moçambicano, sedento de explorar os seus recursos naturais vistos agora como a principal alavanca para o desenvolvimento, este quadro negro não tem relevância, sobretudo porque a Anadarko arrasta para cá oportunidades nunca esperadas de arrecadação fiscal e desenvolvimento de infra-estruturas, mas as evidências apontam para a urgência de o Estado colocar em marcha planos e actividades de fiscalização ambiental e melhorar o quadro regulatório relativo a danos ambientais.

### Um “investidor passivo” com responsabilidades partilhadas no derrame do Golfo do México em 2010

Só uma investigação independente poderá determinar se o incidente em Moçambique não teve origem na falta de cumprimento de um conjunto de procedimentos estabelecidos para perfuração segura e verificar se o poço foi devidamente selado. Práticas de perfuração exageradas têm sido causa de desastres ambientais provocados por multinacionais que pesquisam gás e petróleo. E a Anadarko não está livre de suspeitas nessa matéria.

Um artigo da agência americana Bloomberg (datado de Março 2014) relevou o papel da Anadarko no derrame tóxico de 2010 (4 milhões de barris) no poço Macondo, no Golfo do México, o maior verificado nos Estados Unidos da América (também conhecido por Deepwater Horizon). De acordo com a Bloomberg, uma troca de emails entre funcionários da BP (parceira da Anadarko na exploração do Macondo, na qual a americana detém 25%) e da Anadarko, revelam que o desastre ocorreu porque a Anadarko insistiu que se perfurasse mais a fundo, mesmo contra indicações da BP de que havia pouca ou nenhuma margem para continuar a perfuração “com segurança”. “Funcionários da Anadarko pediram a BP para perfurar mais fundo no Golfo do México mes-

mo depois de ter sido advertida de que isso seria inseguro”, escreve a Bloomberg.

Os emails citados foram posteriormente arrolados pelo Departamento de Justiça americano como prova do envolvimento da Anadarko naquele desastre ambiental mas o Juiz Carl Barbier, de Nova Orleães, recusou assumi-los. O Departamento de Justiça tentava provar que a multinacional baseada no Texas esteve envolvida na monitoria e na tomada de decisões sobre a perfuração do Macondo, o que era suficiente para ser civilmente responsabilizada pelo desastre, com sujeição ao pagamento, a par da BP, de uma multa de biliões de USD pelos danos ambientais causados.

Sobre as alegações do seu envolvimento, a Anadarko, escreve a Bloomberg, defendeu-se dizendo que era um “investidor passivo” e que, por isso, não podia ser penalizada pela poluição que causou o encerramento da indústria pesqueira e interesses turísticos desde o Texas à Florida, mas também casos de saúde como cancro e outras infecções. As discussões entre técnicos da BP e da Anadarko envolvidos no Macondo revelam uma insistência da Anadarko em perfurar mais o poço com o fim de encontrar reservas adicionais de crude.

Nalgum estágio das discussões, a Anadarko concordou em interromper a perfuração, de acordo

com os emails, sem no entanto deixar de dizer que “no caso de a BO concluir que é seguro e prudente continuar a perfuração, não se oporia”. E os seus gestores continuaram a discutir formas de persuadir a BP ir mais a fundo na perfuração. A Bloomberg cita Robert Quitzau, um funcionário da Anadarko, a dizer aos colegas em 9 de Abril de 2010 que deviam esperar por uma melhor oportunidade para persuadir a BP a aprofundar o furo. Esse email foi enviado 11 dias antes da explosão fatal.

“O meu sentimento é que a BP não gosta de alterar um plano no último minuto”, disse Quitzau no email. “Então será melhor propor alguma perfuração adicional depois que pusermos em acção um novo plano e orçamento.” Na sua acusação à Anadarko, o governo americano refere que as comunicações internas demonstram como o gigante monitorou a perfuração do Macondo e como falhou na tomada de precauções, mesmo apesar dos problemas conhecidos da BP com segurança e gestão do ambiente. Um professor de direito da Universidade de Michigan, antigo chefe da divisão de crimes ambientais no Departamento de Justiça, David Uhlmann, disse que os “ficheiros internos” (leia-se a troca de emails) eram suficientemente fortes, que seria difícil à Anadarko continuar a pintar de si um perfil de “investidor silencioso”.

# Expectativas do G-19 sobre apoio ao OGE foram irrealistas

- revela avaliação independente

Por Ricardo Mudaukane

As expectativas dos 19 principais parceiros internacionais no apoio ao Orçamento do Estado (OE) foram “irrealisticamente altas” e a acção da comunidade internacional devia ter tido um enfoque mais temático, refere o relatório final da Avaliação Independente do Apoio ao Orçamento, 2005-2012. O documento foi encomendado pelos principais parceiros internacionais no apoio ao OE e pelo Governo.

Sublinhando que o G-19, como são conhecidos os 19 países e entidades que mais dinheiro metem no tesouro moçambicano, drenou pouco mais de USD3,3 biliões, entre 2005 e 2012, o equivalente a 16 dólares anuais por cada moçambicano, os autores do estudo, que incluem moçambicanos, assinalam que o principal objectivo pretendido com a ajuda foi conseguido

de forma inexpressiva.

“O desafio para Moçambique e para os seus parceiros de desenvolvimento é encontrar formas de alcançar mais com o apoio ao Orçamento no futuro – em particular conseguir um maior impacto no combate à pobreza. Não houve mudanças estatísticas significativas na redução da pobreza entre os princípios e finais dos anos de 2000, com 54,1 por cento da população a viver ainda abaixo da linha de pobreza, em 2003, e 54,7 por cento, em 2009, de acordo com números oficiais sobre a pobreza”, diz a Avaliação Independente do Apoio ao Orçamento, 2005-2012.

As acções do Governo moçambicano e dos parceiros internacionais não produziram resultados expressivos no combate à pobreza, durante a década de 2000, e os doadores colocaram a fasquia muito acima do realizável, no contexto em que Moçambique se encontra, diz a avaliação.

“Um problema óbvio no passado foi que as expectativas geradas pelo apoio ao Orçamento foram irreal-

isticamente altas. O que o apoio ao Orçamento deve fazer, primeiro, é providenciar fundos para áreas específicas, que são prioridades claramente partilhadas e onde existem estratégias de satisfação de serviços tentadas e testadas, como a expansão da cobertura da educação e igualdade de género e, depois, apoiar e guiar aquelas reformas institucionais com as quais o Governo se comprometeu”, lê-se no relatório.

### Combate criterioso à pobreza

Com mais de 270 páginas, o estudo analisa a eficácia da ajuda dos 19 países e entidades que mais ajuda canalizam directamente ao OGE, identificando os benefícios e fraquezas do processo, como forma de potenciar esta modalidade de apoio.

A avaliação defende que a luta contra a pobreza deve ser dirigida através de uma selecção criteriosa de programas eficazes, atacando, nomeadamente, a malnutrição infantil, o acesso aos pequenos agricultores e a criação de

um clima favorável aos negócios, bem como criação de emprego.

A consolidação dos progressos alcançados na educação, na gestão macroeconómica e na reforma do sector público, bem como melhorias na transparência e prestação de contas são vectores fundamentais para resultados mais tangíveis no combate à pobreza, indica o estudo.

Os autores do estudo assinalam que o apoio ao Orçamento é importante e deve continuar, para o desenvolvimento do país, mas deve estar fundamentado em expectativas realísticas, não apenas nos resultados que podem ser alcançados, mas tendo em atenção o tempo e o empenho necessários para o alcance das metas propostas. A revitalização da política de diálogo em torno do apoio ao Orçamento, através de um processo mais expedito de avaliação e revisão de desempenho, e a criação de uma estrutura forte de análise e diálogo para políticas sectoriais, visando estimular ideias sobre políticas viáveis em áreas de carência de soluções, são também apontados

no relatório como algumas das directrizes a ter em conta.

“Dentro deste objectivo, a meta básica seria, primeiro, reverter o desinvestimento no processo de apoio ao Orçamento”, refere a Avaliação Independente do Apoio ao Orçamento, 2005-2012.

### Agricultura negligenciada

A análise destaca que a educação e a boa governação foram algumas das áreas mais beneficiárias do apoio internacional ao Orçamento, assinalando a agricultura como a que menos recebeu da comunidade internacional.

“Tiramos esta conclusão a partir de análises e tendências nos recursos de financiamento e partilha de despesas sectoriais, assumindo que esse quadro reflecte os processos de negociação orçamentais e tomada de decisões em Moçambique”, afirma o estudo.